

REGULAMENTO COMPLEMENTAR DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PBS - TELE CELULAR SUL

SETEMBRO/2017

SUMÁRIO

I - Da Finalidade	2
II - Dos Membros.....	3
III - Da Inscrição.....	5
IV - Do Cancelamento da Inscrição.....	7
V - Do Salário de Contribuição	8
VI - Do Salário-de-Participação.....	9
VII - Dos Benefícios Previdenciários	10
VIII - Das Condições para a Concessão dos Benefícios.....	13
IX - Dos Institutos.....	16
X - Das Disposições Relativas às Prestações.....	21
XI - Do Plano de Custeio	22
XII - Das Alterações do Regulamento	24
XIII - Das Disposições Gerais e Transitórias	25
XIV - Das Definições.....	26

I - Da Finalidade

Art. 1º O Plano de Benefícios da TELE CELULAR SUL, doravante denominado PBS - TELE CELULAR SUL, neste Regulamento, é um Plano de Benefício de Previdência, do tipo benefício definido, com a finalidade de conceder benefícios assemelhados aos da Previdência Social.

Parágrafo Único: São Patrocinadoras deste Plano a TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e a TIM CELULAR S.A.

Art. 2º Ao PBS - TELE CELULAR SUL corresponde o respectivo Plano de Custeio, conforma estabelecido neste Regulamento.

Art. 3º Aplicam-se a este Regulamento as definições, critérios e demais disposições constantes do Estatuto da ENTIDADE, bem como as disposições da legislação e das normas relativas aos planos de benefícios previdências operados pelas entidades fechadas de previdência privada complementar.

II - Dos Membros

Art. 4º São membros deste Plano:

I - Patrocinadoras: as empresas referidas no parágrafo único do artigo 1º deste Regulamento enquanto mantiverem com a ENTIDADE o Convênio de Adesão;

II - Participantes: as pessoas físicas inscritas neste Plano;

Art. 5º Os participantes do Plano são classificados em:

I - Assistidos: os participantes em gozo de qualquer benefício de prestação continuada neste Plano;

II - Ativos: os demais, podendo ainda serem classificados em:

- Vinculados: os que mantiverem relação funcional com as Patrocinadoras deste Plano;

- Autopatrocinados: aqueles que fizerem a opção por manter o valor de sua contribuição e a da Patrocinadora, no caso de ocorrer perda parcial ou total do Salário de Participação de acordo com o disposto na Seção IX deste Regulamento;

- Isentos: aqueles que não mantiverem relação funcional com as Patrocinadoras e optarem pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) conforme disposto na Seção II do Capítulo IX deste Regulamento.

Art. 6º Os Participantes ativos e assistidos inscritos no PBS - TELE CELULAR SUL se obrigam ao recolhimento de contribuição à ENTIDADE, conforme o estabelecido neste Regulamento e no Plano de Custeio.

Art. 7º Compõem a classe dos beneficiários quaisquer pessoas físicas que vivam, comprovada e justificadamente, sob a dependência econômica do Participante, nos termos dos artigos 8º, 9º e 10 deste Regulamento.

Art. 8º Para efeitos do disposto no artigo precedente considera-se justificada a dependência econômica:

I - do cônjuge;

II - de filhos e enteados de qualquer condição, desde que de menoridade ou, ainda, inválidos sem recursos;

III - de pai e mãe sem recursos;

IV - das pessoas de menoridade ou de idade avançada, bem como das incapacitadas e inválidas, que, sem recursos, vivam a expensas do Participante.

§1º São consideradas pessoas sem recursos aquelas cujos rendimentos brutos mensais sejam iguais ou inferiores ao salário mínimo vigente no país.

§ 2º São consideradas pessoas de menoridade as de inferior a 21 (vinte e um) anos e as de idade inferior 24 (vinte e quatro) anos, que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido.

§3º São consideradas pessoas de idade avançada as de mais de 55 (cinquenta e cinco) anos.

Art. 9º Considera-se, ainda, justificada a dependência econômica do companheiro ou da companheira de Participante, desde que comprovada à coabitação em regime marital, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 10 Considera-se comprovada a dependência econômica do beneficiário:

I - nos casos previstos nos itens I e II do artigo 8º, mediante presunção;

II - em relação aos demais possíveis beneficiários, mediante a apresentação da documentação comprobatória da dependência econômica.

Parágrafo Único - A ENTIDADE pode exigir os documentos que, a seu juízo, permitam formar plena convicção sobre a dependência econômica do beneficiário.

III - Da Inscrição

Art. 11 A inscrição do Participante, no PBS - TELE CELULAR SUL, é condição essencial à obtenção de qualquer prestação ou vantagem por ele assegurada.

§ 1º A inscrição neste Plano foi possibilitada a todos os empregados das Patrocinadoras, observadas as restrições feitas no artigo 16 deste Regulamento, e seus beneficiários conforme definidos no artigo 7º deste Regulamento.

§ 2º Para efeitos deste Regulamento, equiparam-se a empregados os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes das Patrocinadoras deste Plano.

Art. 12 O pedido de inscrição dos empregados de Patrocinadora deve ser preenchido em impresso próprio, fornecido pela ENTIDADE.

Parágrafo Único - Sem prejuízo e outros que venham a ser solicitados, o empregado deve apresentar os seguintes documentos:

- Contrato de vinculação empregatícia à Patrocinadora;
- Certidão de nascimento ou de casamento.

Art. 13 A inscrição de empregado de Patrocinadora, como Participante, foi permitida até 12/11/2005, condicionada:

I - ao pagamento da jóia, conforme disposto no Plano de Custeio e neste Regulamento;

II - à aprovação em exame médico, solicitado a critério da FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL e do HSBC FUNDO DE PENSÃO, antigos administradores deste Plano.

Art. 14 O pedido de inscrição de beneficiário é feito mediante o preenchimento da ficha de designação de beneficiários, pelo empregado.

§ 1º A ficha de designação de beneficiários é preenchida pelo empregado no ato do pedido de inscrição como Participante e por ele devidamente atualizado, sempre que for o caso.

§ 2º Juntamente com o pedido de inscrição de beneficiário, o Participante deve apresentar a documentação que comprove a dependência econômica, conforme o disposto neste Regulamento.

§ 3º Ocorrendo o falecimento, detenção ou reclusão do Participante, sem que tenha sido feita a inscrição do beneficiário que dele dependia, a este é lícito promovê-la, não lhe assistindo, no entanto, o direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à da inscrição.

Art. 15 A inscrição de todos os Participantes foi efetivada mediante o expresso deferimento do respectivo pedido de inscrição, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único - A ENTIDADE fornecerá ao inscrito, cópia do Estatuto e do Regulamento do Plano, além de Certificado de Adesão com identificação comprobatória de sua condição de Participante e material explicativo que descreva as características do Plano.

Art. 16 Foi vedada a inscrição do PBS - TELE CELULAR SUL para todos os empregados de Patrocinadora.

- I - que esteja em gozo de auxílio-doença concedido pela Previdência Social;

II - que esteja aposentado pela Previdência Social ou por qualquer outro regime próprio de previdência, quando da admissão na Patrocinadora.

Art. 17 O Participante é obrigado a comunicar à ENTIDADE, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias de sua ocorrência, juntando os documentos comprobatórios, qualquer alteração ulterior às informações prestadas na sua inscrição ou na inscrição de beneficiário.

IV - Do Cancelamento da Inscrição

Art. 18 Será cancelada a inscrição do Participante Ativo que:

I - vier a falecer;

II - requerer o cancelamento de sua inscrição;

III - estiver devendo 03 (três) ou mais contribuições, consecutivas ou não, quando, na situação prevista na Seção V do Capítulo IX, o pagamento das referidas contribuições estiver sob a sua responsabilidade e não houver consignação em folha;

IV - deixar de ser empregado de Patrocinadora, ressalvados os casos de aposentadoria, de auxílio-doença e o disposto nas Seções II e V do Capítulo IX;

V - deixar de suprir, por ação ou omissão, erro voluntário ou dolo, qualquer das condições básicas descritas neste Regulamento, necessárias à habilitação como Participante do PBS - TELE CELULAR SUL.

§1º: O cancelamento de que trata o item III deverá ser precedido de notificação ao Participante, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação do seu débito.

§2º: O fato da demissão do empregado de Patrocinadora ocorrer após o Participante ter asseguradas as condições que o habilitem aos benefícios previstos neste Regulamento, não implicará o cancelamento da sua inscrição como Participante do Plano.

§3º O cancelamento da inscrição previsto no inciso II deste artigo, antes da perda do vínculo empregatício com a Patrocinadora, implicará a cessação dos compromissos deste Plano em relação ao Participante e aos seus beneficiários, com exceção do Resgate, que lhe será pago conforme disposto na Seção IV do Capítulo IX.

Art. 19 Será cancelada a inscrição, como beneficiário:

I - do cônjuge, após a anulação do casamento ou após separação legal, em que se torne expressa a perda ou dispensa, mesmo tácita, da percepção de alimentos;

II - do cônjuge, companheira ou companheiro que, por tempo superior a 2 (dois) anos, abandonar, sem justo motivo a habitação comum;

III - dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude o item II e o parágrafo 2º do artigo 8º.

IV - das pessoas de que tratam os itens III e IV do artigo 9º e o artigo 9º que houverem deixado de atender a qualquer das condições justificadoras ou comprovadoras da dependência econômica referidas no artigo 8º, 9º e 10.

§1º O casamento de qualquer beneficiário do Participante importará o cancelamento da inscrição daquele beneficiário.

§2º Ressalvado o caso de morte, o cancelamento do Participante importará o cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários.

V - Do Salário de Contribuição

Art. 20 Entende-se por Salário de Contribuição do Participante Ativo, o total das parcelas de sua remuneração, pagas pela Patrocinadora, limitado ao valor da Unidade Padrão.

Parágrafo Único - A Unidade Padrão - UP equivale a R\$ 1.255,32 (hum mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), na data base janeiro de 2000, valor este reajustado em Junho de cada ano, pela variação do INPC-IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, a forma da legislação vigente.

Art. 21 Quando no período básico do cálculo ocorrer à percepção do benefício por incapacidade, o Salário de Contribuição será o Salário de Benefício, que serviu de base para o cálculo do benefício, corrigido para o mês a que se referir, pelo Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna da FGV - IGP-DI, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

VI - Do Salário-de-Participação

Art. 22 Entende-se por Salário-de-Participação do Participante Ativo, o total das parcelas de sua remuneração, pagas pela Patrocinadora, limitado ao valor de R\$ 12.942,73(doze mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos).

Parágrafo Único: O limite estabelecido no caput será atualizado mensalmente, a partir da data base dezembro de 1999, pelo Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna da FGV - IGP-DI, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo na forma da legislação vigente.

Art. 23 No caso de manutenção de inscrição, de que trata a Seção V do Capítulo IX, o Salário-de-Participação poderá ser reduzido, até o valor do salário correspondente ao nível do Participante na tabela salarial da Patrocinadora, antes do desligamento, ou da suspensão do vínculo empregatício, respeitado, no entanto, o critério mencionado no artigo 22.

Art. 24 O Salário de Participação mantido, na forma do Artigo 23, será atualizado nas mesmas épocas e proporções pelo índice Geral Médio de Variação de Salários - IGMVS, conforme limite disposto no artigo 22.

Art. 25 O 13º (décimo terceiro) salário é considerado salário de participação isolado, referente ao mês do seu pagamento, não integrando as parcelas remuneratórias normais.

Art.26 Quando no período básico do cálculo ocorrer à percepção do benefício por incapacidade, o Salário-de-Participação será o Salário Real de Benefício que serviu de base para o cálculo do benefício, corrigido para o mês a que se referir, pelo Índice Geral Médio de Variação de Salários-IGMVS.

VII - Dos Benefícios Previdenciários

SEÇÃO I

DO ELENCO DE BENEFÍCIOS

Art. 27 Os benefícios previdenciários assegurados pelo PBS-TELE CELULAR SUL abrangem:

§1º quanto ao Participante Ativo:

I - Com relação aos benefícios programados

- a) Aposentadoria por idade;
- b) Aposentadoria por tempo de serviço;
- c) Aposentadoria especial;
- d) Abono anual.

II - Com relação aos benefícios de risco:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Auxílio-doença;
- c) Abono anual.

§2º quanto aos beneficiários:

- a) Pensão por morte;
- b) Auxílio-reclusão
- c) Abono anual;
- d) Pecúlio por morte.

SEÇÃO II

DO CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS PADRÃO

Art. 28 Entende-se por Salário de Benefício o valor da média dos 36 (trinta e seis) Salários de contribuição anteriores ao mês do afastamento, atualizados mês a mês, até o mês do início do benefício, pelo Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna da FGV-IGP-DI, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo, na forma da legislação vigente.

§1º O Salário de Benefício do Participante Assistido será aquele que serviu de base para o cálculo de seu benefício, reajustado para o mês a que se referir, de acordo com o índice de que trata este artigo.

§2º No caso em que o Participante Ativo não possua todos os Salários de Contribuição necessários ao cálculo do Salário de Benefício eles serão substituídos pelo Salário de Contribuição correspondente ao mês de sua inscrição no Plano, devidamente corrigido, para o mês a que se referir, na forma prevista neste artigo.

Art. 29 O valor inicial do Benefício Previdenciário Padrão corresponderá a 100% (cem por cento) do Salário de Benefício, excetuando o benefício de auxílio-doença que corresponderá a 91% (noventa e um por cento) do Salário de Benefício.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS

Art. 30 Entende-se por Salário Real de Benefício o valor da média dos 36 (trinta e seis) Salários de Participação anteriores ao mês do afastamento, corrigidos mês a mês, pelo Índice Geral Médio de Variação dos Salários dos empregados das Patrocinadoras deste Plano - IGMVS, até o mês do início do benefício.

§1º O Salário Real de Benefício do Participante Assistido será aquele que serviu de base para o cálculo de seu benefício, reajustado para o mês a que se referir, de acordo com o índice de que trata este artigo.

§2º Ressalvados os casos de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez, concedidos em decorrência de acidente pessoal involuntário, não serão considerados no cálculo do Salário Real de Benefício quaisquer aumentos do Salário-de-Participação, verificados no curso dos últimos 60 (sessenta) meses anteriores ao do afastamento, que não provenham de reajustes aplicados em caráter geral, para corrigir a distorção inflacionária, ou de promoções e adicionais previstos no manual de pessoal das Patrocinadoras.

§3º No caso em que o Participante Ativo não possua todos os Salários de Participação necessários ao cálculo do Salário Real de Benefício eles serão substituídos pelo Salário de Participação correspondente ao mês de sua inscrição no Plano, devidamente corrigido, para o mês a que se referir, na forma prevista neste artigo.

Art. 31 O valor inicial dos benefícios previdenciários de renda mensal assegurados por este Plano corresponderá à diferença entre 90% (noventa por cento) do Salário Real de Benefício e o valor do Benefício Previdenciário Padrão.

§1º Do benefício de aposentadoria será descontado o valor resultante de percentual fixado no Plano de Custeio, a título de contribuição e Participante Assistido, limitado ao valor de Abono de Aposentadoria de que trata o §4º deste artigo.

§2º O valor inicial dos benefícios de renda mensal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do Salário Real de Benefício, excetuado o benefício de auxílio-doença garantido por este Plano.

§3º A soma do benefício de auxílio-doença e do Benefício Previdenciário Padrão, não poderá ultrapassar o valor do Salário-de-Participação que o Participante teria em atividade, descontada as contribuições que seriam feitas para a Previdência Social e para a ENTIDADE.

§4º Os benefícios de aposentadorias previstos neste Plano serão acrescidos do Abono de Aposentadoria equivalente a 20% (vinte por cento) do Benefício Previdenciário Padrão, para aqueles que tiverem 30 (trinta) ou mais anos de vinculação à Previdência Social.

§5º Nenhum benefício inicial de aposentadoria deste Plano poderá ter valor mensal inferior ao que resultaria da conversão atuarial do saldo do valor do Resgate conforme disposto na Seção IV do Capítulo IX deste Regulamento, em renda mensal de aposentadoria, observadas as condições da data de início de benefício.

Art. 32 O benefício de pensão por morte será constituído de uma cota familiar e tantas cotas individuais quantos forem os beneficiários, até o máximo de 5 (cinco):

I - a cota familiar será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício da aposentadoria que o Participante Assistido recebia, por força deste Regulamento, ou daquele a que teria direito caso se aposentasse por invalidez, na data do falecimento.

II - a cota individual será igual à quinta parte da cota familiar.

Art. 33 O benefício de auxílio-reclusão será calculado nos termos do artigo anterior.

Art. 34 O valor dos benefícios será mantido nos casos de transformação de um benefício em outro, excetuado o benefício de auxílio-doença.

Parágrafo Único - No caso de transformação do auxílio-doença em outro benefício, seu cálculo será feito, sem a restrição do parágrafo 3º, do artigo 31, para fins deste artigo.

Art. 35 O pecúlio por morte consistirá no pagamento de uma importância igual ao décuplo do Salário Real de Benefício do Participante, relativo ao mês de sua morte.

SEÇÃO IV

DO REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 36 O valor do Benefício Previdenciário Padrão, considerado na determinação do valor inicial dos benefícios deste Plano, será reajustado, em Junho de cada ano, pelo INPC-IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo na forma da legislação vigente.

Art. 37 Os benefícios assegurados por força deste Regulamento serão reajustados em 31 de Dezembro de cada exercício, pela variação do INPC-IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo na forma da legislação vigente.

VIII - Das Condições para a Concessão dos Benefícios

SEÇÃO I

DAS APOSENTADORIAS

Art. 38 O benefício de aposentadoria será concedido ao Participante Ativo que o requerer, após a cessação do vínculo de emprego, desde que lhe tenha sido concedida a respectiva aposentadoria pela Previdência Social, atendidas as demais condições de que trata esta seção.

Parágrafo único - O benefício de aposentadoria será pago a partir do mês em que ocorrerem as condições referidas nesta seção, enquanto for assegurada ao Participante Assistido a aposentadoria pela Previdência Social.

Art. 39 O Participante Assistido em gozo de benefício de aposentadoria por invalidez estará obrigado a submeter-se a exames médicos periciais indicados por médico credenciado pela Patrocinadora.

Parágrafo único - O benefício de aposentadoria por invalidez será suspenso quando, por meio dos exames periciais realizados, for verificado que o Participante Assistido está capacitado para o exercício da profissão.

Art. 40 O benefício de aposentadoria por idade será pago ao Participante Ativo com pelo menos 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta ao Plano.

Art. 41 O benefício de aposentadoria por tempo de serviço será concedido ao Participante Ativo com pelo menos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta ao Plano, e 35 (trinta e cinco) anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

Art. 42 O benefício de aposentadoria especial será concedido ao Participante Ativo com pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade, 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta ao Plano, e 25 (vinte e cinco) anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

Art. 43 Os benefícios poderão ser concedidos aos Participantes Ativos que os requererem, independentemente de idade, desde que recolham ao Plano fundos atuariais calculados, destinados a neutralizar o aumento de encargos decorrentes desta concessão, e que o requerente possua os 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta ao Plano, que obtenha a respectiva aposentadoria pela Previdência Social e que apresente a baixa da Carteira de trabalho e Previdência Social - CTPS.

Parágrafo Único - O Participante Ativo de que trata este artigo poderá optar por um benefício de aposentadoria reduzido, mediante aposição de fator redutor calculado em função das condições biométricas do requerente, e do fundo atuariais calculado.

SEÇÃO II

DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 44 O benefício de auxílio-doença será pago ao Participante Ativo que o requerer, durante o período em que lhe for garantido o auxílio-doença pela Previdência Social, ressalvado o §1º deste artigo.

§1º O benefício de auxílio-doença será suspenso quando, por meio dos exames periciais realizados, for verificado que o Participante Assistido está capacitado para o exercício da profissão.

§2º O Participante Assistido em gozo de benefício de auxílio-doença estará obrigado a submeter-se a exames periciais indicados pelo médico credenciado pela Patrocinadora.

SEÇÃO III

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 45 O benefício de pensão por morte será concedido, mediante requerimento, ao conjunto de beneficiários do Participante que vier a falecer, e devido a partir do dia da morte do Participante.

Art. 46 O benefício de pensão por morte será rateado em parcelas iguais entre os beneficiários inscritos, não adiando sua concessão por falta de outros possíveis beneficiários.

Art. 47 A parcela do benefício de pensão por morte será extinta quando do falecimento do beneficiário ou da concorrência de qualquer evento que motivaria o cancelamento da inscrição do beneficiário, como dependente do Participante, se estivesse vivo, no termos dos itens III e IV do artigo 19.

Art. 48 Toda vez que se extinguir uma parcela deste benefício, processar-se-á novo cálculo e novo rateio, na forma dos artigos 32 e 46, considerados, apenas os beneficiários remanescentes.

Parágrafo único - Com a extinção da parcela do último beneficiário, extinguir-se-á também, o benefício de pensão por morte.

SEÇÃO IV

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 49 O benefício de auxílio-reclusão será concedido ao conjunto de beneficiários do Participante Ativo detento ou recluso.

§1º O benefício de auxílio-reclusão terá início a contar da data do efetivo recolhimento do Participante Ativo à prisão e mantido enquanto durar sua reclusão ou detenção.

§2º Falecendo o Participante Ativo detento ou recluso, o benefício de auxílio-reclusão será automaticamente convertido em pensão por morte.

§3º Aplica-se ao benefício de auxílio-reclusão o disposto nos artigos 46,47 e 48.

Art. 50 O benefício de auxílio-reclusão será requerido pela pessoa que comprovar que encontra-se na chefia da família do Participante Ativo detento ou recluso e apresentar documento comprobatório da detenção ou reclusão, firmado pela autoridade competente.

Parágrafo único - O requerimento será deferido somente se a Patrocinadora não estiver efetuando o pagamento da remuneração do Participante Ativo.

SEÇÃO V

DO PECÚLIO POR MORTE

Art. 51 O pecúlio por morte, descontados os débitos relacionados com o plano de benefícios, será pago em partes iguais aos beneficiários do falecido.

§1º No caso de inexistirem beneficiários o Participante deverá designar, exclusivamente para o fim de recebimento do pecúlio por morte, quaisquer pessoas, independentemente de vínculo de dependência econômica.

§2º A inscrição de quaisquer pessoas designadas para o recebimento do pecúlio por morte, na forma do parágrafo anterior, será cancelada, em qualquer época, automaticamente, no caso de existência de beneficiários nas condições previstas neste Regulamento.

Art. 52 Quando da concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, poderá o Participante Ativo requerer, a título de pecúlio de aposentadoria, o pagamento antecipado de um percentual, não superior a 50% (cinquenta por cento) do pecúlio por morte.

Parágrafo único - A importância antecipada será reduzida, atuarialmente, de modo a neutralizar o aumento de encargos do Plano, decorrente da antecipação do pagamento do pecúlio por morte.

SEÇÃO VI

DO ABONO ANUAL

Art. 53 O abono anual será pago **aos Assistidos, que estejam recebendo benefício, em duas parcelas: no mês de julho será creditado 50% (cinquenta por cento) do valor do Benefício mensal como forma de antecipação do Abono Anual e no mês de dezembro os 50% (cinquenta por cento) do valor do Benefício mensal restantes.**

Parágrafo único – As parcelas dos pagamentos do Benefício de Abono Anual serão efetuadas juntamente com o benefício do mês.

Art. 54 O abono anual corresponderá a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do benefício devido ou que seria devido, caso o Participante estivesse em benefício no mês de dezembro, quantos forem os meses de seu recebimento no ano civil.

§1º Será considerado mês completo aquele em que o Participante ou beneficiário tiver recebido o benefício por um período não inferior a 15 (quinze) dias.

§2º No ano da concessão da aposentadoria, o Participante não será passível da antecipação do Abono Anual (primeira parcela), recebendo apenas a parcela no mês de dezembro.

IX - Dos Institutos

SEÇÃO I

DAS SITUAÇÕES DE PERDA DO SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO

Art. 55 Havendo perda do Salário-de-Participação em consequência da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, o Participante Ativo Vinculado deverá optar por um único dos Institutos previstos neste Capítulo em Termo de Opção protocolizado na ENTIDADE.

§1º No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da cessação do vínculo empregatício do Participante com a Patrocinadora ou da data do requerimento protocolado na ENTIDADE, a mesma fornecerá ao Participante Ativo Vinculado o extrato de informações exigidas pelo Órgão Público Competente para orientar a opção do Participante Ativo Vinculado.

§2º Após receber o extrato o Participante Ativo Vinculado terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer a opção ou questionar as informações, caso em que o prazo será suspenso e contado após a ENTIDADE prestar os esclarecimentos, o que deverá ocorrer durante 15 (quinze) dias úteis subsequentes à data de protocolização do questionamento da ENTIDADE.

Art. 56 Havendo perda salarial sem rescisão do vínculo empregatício, a opção pelo Autopatrocínio prevista na Seção V deste Capítulo, é também facultada ao Participante Ativo Vinculado que a requerer.

Art. 57 A ausência de opção referida no artigo 55, no prazo ali mencionado, presumirá:

I - a opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) previsto na Seção II deste Capítulo, se vencida a carência referida no inciso II do artigo 61;

II - a opção pelo Resgate previsto na Seção IV deste Capítulo, em caso contrário.

Art. 58 A ausência da opção referida no artigo 56, no prazo previsto no artigo 76 implicará a perda do direito à correspondente manutenção salarial.

SEÇÃO II

DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Art. 59 Entende-se por benefício Proporcional Diferido (BPD) o Instituto que faculta ao Participante Ativo Vinculado, no caso de cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora antes da aquisição do direito a benefício de aposentadoria por idade, por tempo de serviço ou especial, deixar de contribuir para este Plano, para em tempo futuro, receber o benefício decorrente dessa opção.

Art. 60 A opção do Participante Ativo Vinculado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) não impede posterior opção pela Portabilidade ou Resgate.

Parágrafo único Nos casos previstos neste artigo, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados serão aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas nas Seções II e IV deste Capítulo.

Art. 61 Ao Participante Ativo que não tenha preenchido os requisitos de habilitação a benefício de aposentadoria por idade, por tempo de serviço ou especial é facultada a opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) na ocorrência simultânea das seguintes situações:

I - cessação do vínculo empregatício do Participante com a Patrocinadora;

II - cumprimento da carência de 3 (três) anos de vinculação a este Plano de Benefícios.

Parágrafo único - A concessão antecipada de benefício de aposentadoria, prevista no artigo 43 deste Regulamento, impede a opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD).

Art. 62 A opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) implicará, a partir da data do requerimento, a cessação das contribuições, quer do Participante Ativo, quer da Patrocinadora em relação ao Participante Ativo, observado o disposto no artigo 66.

Art. 63 O Participante Isento pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) fará jus a uma renda mensal devida a partir da data em que teria direito ao benefício de aposentadoria por idade, por tempo de serviço, especial ou invalidez, caso mantivesse sua inscrição na condição anterior à data da opção.

Art. 64 O valor da renda mensal do Participante Ativo Isento resultará de conversão atuarial do valor da Provisão Matemática do Participante Ativo em relação a benefício de aposentadoria por idade, por tempo de serviço, especial ou invalidez, admitida a reversão em pensão por morte, provisão esta posicionada na data da opção, observado como mínimo o valor equivalente ao Resgate, na forma definida na Seção IV deste Capítulo.

§1º Entende-se por valor da Provisão Matemática do Participante Ativo mencionada no caput, ao valor presente do benefício de aposentadoria a que o Participante teria direito, caso viesse a se aposentar pelo Plano, proporcional ao tempo de vinculação ao PBS – TELE CELULAR SUL, na data do término do vínculo empregatício ou, no caso de Participante Autopatrocinado, na data da opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD).

§ 2º O valor da Provisão Matemática mencionado no artigo 64 será dimensionado considerando as bases técnicas registradas no Demonstrativo dos Resultados de Avaliação Atuarial - DRAA, relativo ao exercício anterior à opção do Participante Ativo pela condição de Participante Isento.

§ 3º O valor da Provisão Matemática apurado conforme disposto no artigo 64 será dimensionado considerando as bases técnicas registradas no Demonstrativo dos Resultados Atuarial - DRAA, relativo ao exercício anterior à opção do Participante Ativo pela condição de Participante Isento.

§ 4º A conversão atuarial de que trata o caput tomará como base a idade do participante, de seus beneficiários, os percentuais previstos para o cálculo de benefício de pensão por morte, na data de início de benefício considerando, ainda, as bases técnicas registradas no Demonstrativo de Resultados de Avaliação Atuarial - DRAA relativo ao exercício anterior ao do requerimento do benefício.

§ 5º Caso o Participante Ativo Isento venha a falecer, antes de receber qualquer benefício por este Plano, o valor devido aos seus beneficiários será calculado nos termos deste artigo, não considerados, neste caso, a idade do mesmo e os percentuais previstos para o cálculo do benefício de pensão por morte.

Art. 65 Ao Participante Ativo Isento serão concedidos os benefícios previstos neste Regulamento, excluídos os motivados por doença ou reclusão, desde que tenha preenchido as condições exigidas para a percepção de benefício de aposentadoria deste Regulamento.

Parágrafo único - Os pagamentos dos benefícios concedidos na forma deste artigo serão atualizados nas épocas e proporções previstas neste Regulamento para os demais benefícios.

Art. 66 O Plano de Custeio poderá estabelecer contribuições para o Participante Ativo Isento destinadas ao custeio das despesas com a administração do Plano, nos mesmos níveis daquelas que seriam recolhidas pela Patrocinadora para o mesmo fim.

§ 1º O valor correspondente às contribuições que seriam recolhidas pela Patrocinadora, para a cobertura das despesas administrativas mencionado no caput será calculado considerando o percentual

vigente no Plano de Custeio e o Salário-de-Participação, e deduzido do valor apurado conforme artigo 64.

§ 2º A taxa referida neste artigo será atuarialmente determinada para garantir a cobertura das despesas necessárias à gestão administrativa do Benefício Proporcional Diferido (BPD).

SEÇÃO III

DA PORTABILIDADE

Art. 67 Portabilidade é o Instituto que faculta ao Participante Ativo, no caso de cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, desde que não esteja em gozo de Benefício por este Plano, transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada.

§ 1º A Portabilidade é direito inalienável do Participante Ativo, exercido em caráter irrevogável e irretratável, vedada sua cessão sob qualquer forma.

§ 2º O exercício da Portabilidade implica a cessação dos compromissos deste Plano em relação ao Participante Ativo e aos seus beneficiários.

Art. 68 Para efeito desta Seção entende-se por:

I - Plano de Benefícios Originário, aquele do qual serão portados os recursos financeiros que representam o direito acumulado.

II - Plano de Benefícios Receptor, aquele para o qual são portados os referidos recursos.

Art. 69 Para efeito do inciso I do artigo precedente, o direito acumulado do Participante no Plano de Benefícios previsto neste Regulamento é expresso pelo valor de Resgate, na forma da Seção IV deste Capítulo.

Art. 70 Ao participante Ativo, desde que não esteja em gozo de Benefício por este Plano, é facultada a opção pela Portabilidade na ocorrência simultânea das seguintes condições:

I - cessação do vínculo empregatício do Participante Ativo com a Patrocinadora;

II - cumprimento da carência de 3 (três) anos de vinculação do Participante Ativo a este Plano de Benefícios.

Art. 71 Manifesta pelo Participante Ativo a opção pela Portabilidade, na forma prevista no artigo 55, a ENTIDADE elaborará o Termo de Portabilidade e o enviará à entidade que administra o Plano de Benefícios Receptor no prazo de 10 (dez) dias úteis subsequentes ao da protocolização do Termo de Opção referido naquele artigo.

§ 1º O Termo de Portabilidade conterà as informações exigidas pelo Órgão Público Competente, cabendo ao participante identificar, no Termo de Opção, o Plano de Benefícios Receptor e a entidade que o administra, bem como a conta corrente titulada por esta.

§ 2º A data base para cálculo do valor a ser portado corresponderá à data de cessação das contribuições, devendo a transferência efetivar-se, em moeda corrente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da protocolização do Termo de Portabilidade.

§ 3º Até a transferência efetiva referida no § 2º, os recursos serão atualizados pela rentabilidade alcançada na aplicação de recursos do Plano.

§ 4º É vedado o trânsito, entre Participantes Ativos, dos recursos financeiros da Portabilidade.

SEÇÃO IV

DO RESGATE

Art. 72 Resgate é o Instituto que faculta ao Participante Ativo, no caso de cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, desde que não esteja em gozo de Benefício por este Plano, optar por receber o total das contribuições por ele vertidas ao Plano, atualizadas pelo INPC- IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo na forma da legislação vigente, observado o disposto no §1º.

§ 1º Incluem-se entre as contribuições referidas no caput a jóia integralmente paga pelo Participante Ativo na data de sua inscrição no Plano, ou as parcelas vencidas e pagas pela amortização da jóia, no caso de seu parcelamento.

§ 2º As contribuições de responsabilidade da Patrocinadora pagas pelo optante do Instituto do Autopatrocínio somente serão incluídas no valor de Resgate se recolhidas a partir da data de vigência deste Regulamento pelo Órgão Público Competente.

§ 3º O pagamento do valor de Resgate realizar-se-á em parcela única ou, a critério do optante, em parcelas mensais e consecutivas, de números não superiores a 12 (doze), atualizadas pelo índice referido no caput.

§ 4º Se o Resgate for requerido por optante do Benefício Proporcional Diferido (BPD), não serão incluídas entre as contribuições referidas no caput às recolhidas na forma prevista no artigo 66, para o custeio administrativo daquele Instituto.

§ 5º Havendo recursos na Conta Portada de Participante, oriundos de Portabilidade, constituídos em planos de previdência complementar aberta, estes poderão ser resgatados ou novamente portados à critério do Participante.

§ 6º É vedado o Resgate de recursos oriundos de Portabilidade, constituídos em planos de previdência complementar fechada, devendo os referidos recursos serem obrigatoriamente objeto de nova Portabilidade, na forma prevista neste Regulamento.

Art. 73 Com a opção pelo Instituto de Resgate cessarão todos os compromissos do plano em relação ao Participante Ativo e aos seus beneficiários, à exceção do pagamento das parcelas vencidas dos Resgates.

SEÇÃO V

DO AUTOPATROCÍNIO

Art.74 Entende-se por Autopatrocínio o Instituto que faculta ao Participante Ativo, no caso de ocorrer perda parcial ou total do Salário-de-Participação, manter o valor do Salário de- Participação a fim de assegurar a percepção dos benefícios do Plano em níveis correspondentes ao Salário Real de Benefício referente ao mês da perda salarial.

§ 1º A cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora é uma das formas de perda total da remuneração.

§ 2º Aos optantes pelo Autopatrocínio e respectivos beneficiários são assegurados todos os benefícios previstos neste Regulamento.

Art. 75 Cessando o vínculo empregatício com a Patrocinadora, o Participante Ativo que optar pelo Autopatrocínio, nos termos do artigo 55, manterá o Salário-de-Participação em valor equivalente a média aritmética simples dos últimos 3 (três) Salários de Participação anteriores ao mês da perda do vínculo empregatício com a Patrocinadora, conforme limite disposto no artigo 22, atualizado pelo Índice Geral Médio de Variação de Salários - IGMVS.

§1º Na hipótese admitida no caput, o Participante Ativo recolherá diretamente aos cofres da ENTIDADE suas contribuições calculadas com base no Salário-de-Participação mantido, bem como as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora, incluídas nessas contribuições, a sobrecarga administrativa prevista no § único do artigo 87 para garantir a cobertura das despesas do Autopatrocínio.

§2º A interrupção, por 3 (três) meses consecutivas, do recolhimento referido no § 1º implicará o cancelamento da inscrição do Participante Ativo e a concessão do valor de Resgate, descontadas as despesas administrativas referidas no fim daquele dispositivo do referido período.

Art. 76 Havendo perda salarial sem rescisão do vínculo empregatício com a Patrocinadora, a opção pelo Autopatrocínio será concedida ao Participante Ativo que a requerer no prazo dos 30 (trinta) dias subsequentes.

Parágrafo único - Na hipótese admitida no caput, o Salário-de-Participação do Participante Ativo continuará determinado mensalmente na forma prevista neste Regulamento, atualizado pelo Índice Geral Médio de Variação de Salários - IGMVS, conforme limite disposto no artigo 22.

Art. 77 A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção por Benefício Proporcional Diferido (BPD), Portabilidade ou Resgate, nos termos das Seções II, III, IV deste Capítulo.

X - Das Disposições Relativas às Prestações

Art. 78 Sem prejuízo do benefício prescreve em 5 (cinco) anos, o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil ou qualquer outra lei que venha substituí-la.

§ 1º A prestação referente ao pecúlio por morte prescreverá no prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data do óbito do Participante.

§ 2º Não ocorrem prescrições contra menores, incapazes e ausentes na forma da lei.

Art. 79 A importâncias não recebidas em vida pelo Participante Assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos beneficiários inscritos ou habilitados ao benefício de pensão por morte, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas, revertendo essas importâncias ao Plano como rendas extraordinárias, no caso de não haver beneficiários.

Art. 80 Sem prejuízo de apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a manutenção das prestações, a ENTIDADE manterá serviços de inspeção, destinados a investigar a continuidade de tais condições.

Art. 81 Ao Participante Assistido, optante do regime da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que tenha rescindido o vínculo com a patrocinadora, pela entrada em aposentadoria, será facultado recolher ao Plano, total ou parcialmente, o saldo de sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), liberado na época do afastamento da atividade, caso em que o mencionado recolhimento será convertido em acréscimo de benefício de aposentadoria do Participante, para todos os efeitos deste Regulamento.

Parágrafo único - O acréscimo do benefício referido neste artigo será calculado, atuariamente, em face das condições biométricas do interessado e dos seus beneficiários, bem como do montante da quantia recolhida, não estando sujeito a qualquer limitação.

Art. 82 Nos casos de Participantes Ativos que venham requerer o benefício em época diferente da concessão pela Previdência Social terão o Benefício Previdenciário Padrão calculado para a época de sua concessão.

Art. 83 Nos casos de concessão, pela Previdência Social, de benefícios em espécies diferentes daqueles previsto nos itens I e II do §1º do artigo 27, a referência a qualquer benefício será entendida como aquela prevista naqueles itens, para o qual o Participante Ativo primeiro preencher os requisitos exigidos.

XI - Do Plano de Custeio

Art. 84 O Plano de Custeio do PBS-TELE CELULAR Sul, elaborado pelo Atuário responsável, será fixado anualmente e submetido à aprovação do órgão estatutário competente da ENTIDADE.

Parágrafo único: - Independente do disposto neste artigo, o Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do PBS-TELE CELULAR SUL, observado o disposto na legislação vigente.

Art. 85 Qualquer benefício somente poderá ser ampliado e o valor de qualquer prestação elevada, efetivamente, após o equacionamento das respectivas receitas de cobertura no Plano de Custeio, devidamente aprovado pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE em conjunto com a Patrocinadora.

Art. 86 Nas avaliações do Plano de Custeio do PBS-TELE CELULAR SUL serão considerados os regimes financeiros admitidos na legislação específica.

Art. 87 O custeio do PBS- TELE CELULAR SUL será atendido pelas seguintes fontes de receita:

I - contribuições normais: aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos neste Plano:

a) Contribuição mensal dos Participantes Ativos, mediante o recolhimento de percentuais do Salário-de-Participação, a serem anualmente fixadas no Plano de Custeio, observados as limitações legais;

b) Contribuição mensal dos Participantes Assistidos, que receberam o Abono Aposentadoria, mediante o recolhimento de percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global pago pela ENTIDADE, limitada ao valor do abono;

c) Contribuição mensal das Patrocinadoras, mediante o recolhimento de percentual sobre a folha mensal de salários de todos os participantes, conforme definido anualmente no Plano de Custeio;

II - contribuições extraordinárias: aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais:

a) Jóia mensal dos Participantes Ativos, determinada atuarialmente em função da idade, remuneração, tempo de vinculação à Previdência Social e tempo mais provável de contribuição como ativo;

b) Dotações das Patrocinadoras.

III - receita de aplicação do patrimônio.

Parágrafo único - O custeio das despesas administrativas será fixado anualmente em percentual do valor total dos salários de participação dos participantes e não poderão ultrapassar de 15% (quinze por cento) do valor das receitas estabelecidas nos itens I e II deste artigo.

Art. 88 As contribuições referidas no item I (c) do artigo precedente serão recolhidas à ENTIDADE, até o 8º (oitavo) dia do mês seguinte àquele a que corresponderem ou no dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo único - As contribuições previstas nos itens I (a) e II (a) do artigo 87 serão recolhidas à ENTIDADE, até o 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte àquele a que corresponderem.

Art. 89 Em caso de inobservância, por parte das Patrocinadoras, do prazo estabelecido no artigo 88 e seu parágrafo único, pagarão elas juros de 1/30% (um trinta avos por cento) por dia de atraso dos

recolhimentos devidos, acrescidos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, na forma da legislação vigente, observada no período de atraso e multa de 2% (dois por cento).

Art. 90 No caso de não serem descontadas do salário do Participante Ativo pela Patrocinadora, as contribuições normais e jóia previstas nos itens I e II (a) do artigo 87, ficará o interessado obrigado a recolhê-las, diretamente à ENTIDADE, no prazo estabelecido no artigo 88.

Parágrafo único - Não se verificando o recolhimento direto nos casos previstos neste artigo, ficará o inadimplente sujeito a juro de 1% (um por cento) ao mês, além da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, na forma da legislação vigente, observada no período de atraso e multa de 2% (dois por cento).

XII - Das Alterações do Regulamento

Art. 91 Este Regulamento só poderá ser alterado por vontade das Patrocinadoras, sujeita à homologação do órgão estatutário competente da ENTIDADE e autorização do órgão governamental competente.

Art. 92 As alterações deste Regulamento não poderão:

I - modificar a finalidade do PBS-TELE CELULAR SUL, referida no Capítulo I;

II - reduzir benefícios já iniciados;

III - prejudicar direitos de qualquer natureza, adquiridos pelos Participantes Assistidos e beneficiários em gozo de benefícios;

IV - modificar o elenco de benefícios e as condições previstas para o cálculo, concessão e reajuste dos benefícios, para o Participante Ativo na data da referida alteração, a não ser para aumentar os benefícios ou recompor o valor real dos mesmos, por ocasião dos reajustamentos e, ainda, para diminuir o mínimo etário ou reduzir os prazos de carência.

Art. 93 O PBS-TELE CELULAR SUL poderá ser alterado para incorporar outras modalidades de benefícios, desde que, concomitantemente, sejam definidas as respectivas receitas de cobertura no Plano de Custeio, devidamente aprovado pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE.

XIII - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 94 As restrições previstas neste Regulamento quanto ao valor, limites etários, prazos de carência ou quaisquer outras condições ou características deste Plano de Benefícios que possam prejudicar os Participantes inscritos em data anterior à vigência da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977, modificada pela Lei 6.462, de 09 de novembro de 1977 e posteriormente substituído pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, serão aplicadas de acordo com os critérios de exceção, exclusão ou de proporcionalidade fixado na legislação pertinente.

Art. 95 Aplicam-se à operação do PBS-TELE CELULAR SUL as demais disposições não mencionadas neste Regulamento, mas expressas no Estatuto da ENTIDADE, sendo os casos omissos apreciados pelo órgão estatutário competente da Entidade, de acordo com as suas atribuições estatutárias e regimentais, sempre em conjunto com a Patrocinadora.

Art. 96 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Órgão Governamental Competente.

XIV - Das Definições

Art. 97 As expressões, palavras, abreviações ou siglas apresentadas a seguir terão o significado ali contido, a menos que o contexto indique claramente outro sentido.

Parágrafo único - Neste Regulamento, o masculino incluirá o feminino, e vice-versa, e o singular incluirá o plural, e vice-versa, salvo indicação contrária no texto.

"Abono Anual": Pagamento da 13^a (décima terceira) parcela anual do benefício de aposentadoria ou de pensão por morte.

"Ativo do Plano": Somatório de todos os recursos (bens e direitos) já acumulados pela ENTIDADE, referente a um respectivo Plano.

"Atuário": Profissional técnico especializado, com formação acadêmica em ciências atuariais. As principais áreas de atuação são: planos privados de aposentadoria, onde é responsável pela definição de custo do plano, fluxo de recursos necessários para o equilíbrio do plano; seguros de qualquer ramo (vida em grupo, automóvel, incêndio, etc.), onde é responsável pela fixação do valor das indenizações e prêmios a serem pagos; planos de capitalização; planos de saúde, onde é responsável pelo cálculo do custo do plano e nível de cobertura aceitável; seguridade social. Outra área de atuação mais recente é no mercado financeiro na avaliação de investimentos.

"Auxílio-Doença": Prestação pecuniária paga pela Previdência Social em virtude de acidente podendo causar invalidez permanente, total ou parcial por um determinado período de tempo, usado como parâmetro pelo Plano de Benefício.

"Beneficiário": Pessoa dependente do participante ou designada por ele para recebimento dos benefícios decorrentes do falecimento ou ausência do participante ativo ou assistido.

"Benefício": Toda e qualquer prestação assegurada pelo Plano, aos participantes e beneficiários a ele vinculados, na forma e condições estabelecidas em seu regulamento.

"Benefício Definido": Modalidade de constituição de um plano de benefícios em que o participante tem conhecimento prévio da regra de definição do valor do benefício, independentemente do montante acumulado. A modalidade de um plano estruturado na forma de benefício definido pressupõe custo variável.

"Benefício de Risco": Benefício de caráter previdenciário no qual a concessão dependerá da ocorrência de eventos não previsíveis como morte, invalidez, doença e reclusão.

"Benefício Programado": Benefício de caráter previdenciário em que, a princípio, pode-se estabelecer a data de seu início, a partir de uma determinada carência.

"Benefício Proporcional Diferido": Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, ou associativo com o instituidor, antes da aquisição do direito ao benefício pleno programado, mediante a interrupção de suas contribuições, optar por receber, em tempo futuro, um benefício calculado proporcionalmente ao direito acumulado do participante do plano. Esse cálculo será feito em função das regras de vínculo ao plano e carência estabelecida para recebimento do benefício pleno programado, e de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do plano, quando do preenchimento dos requisitos para a concessão.

"Carência": Período mínimo exigido para recebimento de um benefício.

"Certificado de Adesão": É o documento fornecido pela ENTIDADE ao participante, na data de sua inscrição, onde estão indicados os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios.

"Contribuição": Aporte pecuniário para custear o plano de benefícios, geralmente em forma de renda pelo prazo de deferimento do benefício. Destina-se à constituição de reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões e à cobertura de despesas geradas com a administração do plano oriunda de participantes ou patrocinadores.

"Contribuições Extraordinárias (Especial)": São aquelas destinadas ao custeio de equacionamento de déficits (alterações no plano de benefícios, mudanças de hipóteses ou metodologias atuariais, etc), ao tempo de serviço passado à patrocinadora antes da implantação do plano e outras finalidades não incluídas na contribuição normal (LC-109/01, art. 19, II).

"Contribuições Normais": São aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos no respectivo plano (LC-109, art. 19, I).

"Convênio de Adesão": o documento celebrado entre a Patrocinadora e a ENTIDADE estabelecendo, de forma pormenorizada, entre outras as seguintes informações: as obrigações das patrocinadoras entre as partes, cancelamento de inscrição de Participantes e retiradas de patrocínio de Patrocinadora e data de repasse das contribuições a ENTIDADE.

"Deferir": Ato de deferir, anuir, aprovar.

"Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)": Documento preparado pelo atuário, contendo informações sobre hipótese biométricas, demográficas, econômicas, e financeiras, possibilitando a análise e acompanhamento de performance dos planos pelo órgão fiscalizador/regulador.

"Dolo": Atitude voluntária consciente de um indivíduo com o objetivo de prejudicar outro.

"Elegibilidade": São os requisitos para obtenção dos benefícios previstos no Regulamento do Plano.

"Entidade": Trata-se do IHPREV Fundo de Pensão.

"Entidade de Previdência Complementar (EPC)": Entidade que opera o regime de previdência complementar e tem por objetivo principal instituir e executar planos de benefício de caráter previdenciário.

"Extrato de Instituto": É o documento que contém as informações relativas à situação do Participante neste Plano, após a cessação do seu vínculo empregatício com a Patrocinadora, com os saldos de contas e valores advindos de sua participação, na forma disciplinada pelas normas vigentes.

"Hipóteses Atuariais": São premissas adotadas pelo atuário, conjuntamente com a EFPC, com vistas à elaboração da avaliação atuarial de plano de benefícios da entidade, considerando-se basicamente fatores econômicos (taxa de juros, indexador econômico, crescimento salarial, crescimento do teto do INSS, reajuste dos benefícios do plano, fatores de capacidade etc.), fatores biométricos (mortalidade de ativos, mortalidade de inativos, mortalidade de Invalidez, invalidez e rotatividade) e outros fatores (composição familiar, diferença de idade entre os cônjuges etc.). As hipóteses atuariais devem ser analisadas a cada ano para ajustá-las, se necessário, à realidade da época.

"Indexador": É o índice contratado para atualização monetária dos valores.

"Índice Geral Médio da Variação dos Salários (IGMVS)": Entende-se por variação geral dos salários à variação média ponderada ocorrida nos salários dos empregados da Patrocinadora e suas controladas deste Plano, sempre que houver reajuste salarial de natureza coletiva e caráter geral.

"Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna da FGV (IGP-DI)": Índice que mede a variação de preços no mercado de atacado, de consumo e construção civil. Este índice é formado pela soma

ponderada de outros 3 índices: IPA - Índice de Preços ao Atacado, com um peso de 60%; IPC - Índice de Preço ao Consumidor, com um peso de 30%; e INCC - Índice Nacional da Construção Civil, com um peso de 10%. O IGP-DI exclui os produtos importados, considerando apenas o que é produzido internamente.

"Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)": Indexador calculado pelo IBGE. Os preços são observados no decorrer do mês (entre os dias 1 a 30) e o resultado é divulgado ao final da primeira quinzena do mês seguinte.

"Instituidor": Pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que constitua ou venha a instituir uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC ou plano de benefícios de caráter previdenciário em outra EFPC.

"Jóia": É o valor atuarialmente calculado, correspondentes às contribuições passadas anteriores à filiação ao plano e não vertidas exatamente igual ao serviço passado, mas de responsabilidade do segurado, pelo fato do mesmo ingressar no plano posteriormente à sua criação.

"Lícito": Permitido por lei.

"Nota Técnica Atuarial (NTA)": Documento técnico elaborado pelo atuário contendo a descrição das hipóteses atuariais (tábuas biométricas e sistemáticas de cálculo e pensão e tempo passado), dos métodos atuariais (regimes financeiros e perspectivas de evolução das taxas de custeio em função do método utilizado) e das expressões matemáticas de cálculo (valor atual dos benefícios do plano, valor das contribuições futuras dos participantes e das patrocinadoras, reservas técnicas e sua evolução em cada exercício).

"Participante": Pessoa física que aderir ao plano de benefícios.

"Participante Ativo": Participante que não se encontra em gozo de qualquer dos benefícios previsto neste Regulamento.

"Participante Assistido": Participante ou seu beneficiário em gozo de qualquer benefício de prestação continuada do plano.

"Participante Autopatrocinado": Participante do plano que se desliga da empresa patrocinadora e opta pela manutenção da participação no plano, efetuando as contribuições necessárias à percepção dos benefícios, conforme disposto no regulamento.

"Patrocinador (a)": Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem para seus empregados ou servidores planos de benefício de caráter previdenciário, por intermédio de entidade fechada.

"Período Básico de Cálculo": É o período que corresponde aos 36 (trinta e seis) últimos meses anteriores à data de início de benefício.

"Percepção": Recebimento, arrecadação.

"Plano de Benefícios Originário": Aquele do qual serão portados os recursos financeiros que representam o direito acumulado do participante para fins de portabilidade.

"Plano de Benefícios Receptor": Aquele para qual será portado os recursos financeiros que representam o direito acumulado do participante para fins de portabilidade.

"Plano de Custeio": Estabelece o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com periodicidade mínima anual.

"Portabilidade": Instituto previdenciário que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, desde que não esteja em gozo de Benefício por este Plano, portar os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano operado por Entidade de Previdência Complementar.

"Previdência Social": Instituição de natureza previdenciária, de caráter obrigatório, instituído, e administrado pelo Estatuto, aplicado aos empregados regidos pela CLT ou autônomos.

"Regulamento do Plano": documento que tem como objetivo disciplinar os direitos e as obrigações das Patrocinadoras, dos Participantes e dos seus respectivos beneficiários e da ENTIDADE, com relação ao Plano.

"Renda": Nome que se dá a uma série de pagamentos ou recebimentos sucessivos, de valor geralmente constante, efetuado no começo ou no fim de cada período, denominando-se cada caso, de renda antecipada e postecipada, respectivamente. Quando a série de pagamentos é anual denomina-se especificamente de anuidade.

"Reserva de Poupança": equivalerá à soma das importâncias recolhidas pelo Participante Ativo, ao Plano, a título de jôia e de contribuições mensais estipuladas no Plano de Custeio, corrigidas monetariamente desde a data do pagamento de cada parcela até o mês de referência pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC da Fundação IBGE observada no período, ou, na sua falta, por qualquer outro índice que venha a substituí-lo na forma da legislação vigente.

"Resgate" Instituto previdenciário previsto em lei que assegura ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, desde que não esteja em gozo de Benefício por este Plano, o direito de resgatar no mínimo o montante atualizado das contribuições pessoais vertido ao plano de benefícios, reduzido o valor destinado à cobertura de benefícios de riscos ou despesas de administração cuja responsabilidade de cobertura seja do participante.

"Salário de Benefício": valor de referência para a determinação do valor do Benefício previdenciário Padrão adotado como parâmetro neste Plano.

"Salário-de-Contribuição": Base para o cálculo do benefício do plano, apurada a partir da média aritmética simples dos valores do Salário-de-Participação observados nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao de referência.

"Salário-de-Participação": Parte do salário do participante vinculado sobre o qual incidem os percentuais de contribuição previstos no Plano de Custeio.

"Salário Real de Benefício": valor de referência para a determinação dos valores dos benefícios a serem concedidos neste Plano.

"Termo de Opção": Significa o documento através do qual o Participante formalizará, perante a Entidade, a opção por um dos institutos previsto neste Regulamento e na forma que vier a ser disciplinado pelas normas vigentes.

"Termo de Portabilidade": Significa o documento emitido pela Entidade, que contempla a opção pela Portabilidade, contendo as informações necessárias para o seu exercício, na forma descrita neste Regulamento e de acordo com o que vier a ser disciplinado pelas normas vigentes.